

Processo nº 2090.01.0016472/2024-66

Montes Claros, 16 de dezembro de 2024.

Procedência: Despacho nº 438/2024/FEAM/URA NM - CAT

Destinatário(s): Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas

Assunto: Arquivamento

## DESPACHO

PAPELETA DE DESPACHO			
Assunto:	Arquivamento de Processo Administrativo		
Processo Administrativo (PA):	SLA nº 2527/2023		
Modalidade do Licenciamento:	Licença de Operação Corretiva (LOC)		
Empreendedor:	OSMAR DOMINGOS DA MOTA	CPF:	007.935.406-82
Empreendimento:	FAZENDA BHAVNAGAR E OUTRAS	CPF:	007.935.406-82
De:	Maria Júlia Coutinho Brasileiro Gestora Ambiental – URA NM/CAT		
De acordo:	Gislando Vinícius Rocha de Souza Coordenador Regional de Análise Técnica		
Para:	Mônica Veloso de Oliveira Chefe Regional		

Prezada Chefe Regional,

**Considerando que** o empreendedor/empreendimento **Osmar Domingos da Mota/Fazenda Bhavnagar e Outras**, formalizou em 09/11/2023, Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva (LOC) do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) nº 2527/2023 sendo enquadrado na Classe 4, Porte Grande nos termos da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (DN Copam) nº 217/2017;

**Considerando que** o empreendedor desenvolve as atividades de código G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; G-02-08-9 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, e; G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto

horticultura, conforme DN Copam nº 217/2017;

**Considerando que** para continuidade de operação do empreendimento até a obtenção da licença ambiental foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o órgão ambiental, conforme documento 81047501 apenso ao processo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nº 1370.01.0028909/2023-86;

**Considerando que** entre os dias 20/05 a 23/05/2024 foi realizada vistoria/fiscalização técnica no empreendimento conforme Auto de Fiscalização FEAM/URA NM - CAT nº. 43/2024;

**Considerando que** em 27/06/2024 foram solicitadas informações complementares necessárias para continuidade de análise do processo, com o prazo de 60 dias para atendimento conforme previsto na legislação vigente;

**Considerando que** o prazo para entrega das informações complementares foi prorrogado conforme permite a legislação por mais 60 dias, com prazo final para protocolo até 25/10/2024;

**Considerando que** NÃO foram apresentados os itens de informações complementares números 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15;

**Considerando que**, dado o supracitado o empreendedor não atendeu de forma satisfatória a solicitação de informação complementar;

**E considerando** o disposto na DN Copam nº 217/2017 em seu Art. 26, § 1º, 2º e 4º e 5º; no Decreto Estadual nº 47.383/2018, em seu Art. 23, § 1º e em seu Art. 33, inciso II;

A equipe interdisciplinar da Feam/URA NM sugere o **ARQUIVAMENTO** da Licença Ambiental Concomitante (LAC) na fase de **Licença de Operação Corretiva (LOC)**, para o empreendedor/empreendimento Osmar Domingos da Mota/Fazenda Bhavnagar e Outras, localizado no município de Joaquim Felício-MG, no âmbito do **PA SLA nº 2527/2023**.

#### **EQUIPE INTERDISCIPLINAR Feam/URA NM/CAT:**

Maria Júlia Coutinho Brasileiro – MASP 1302105-0

Claúdia Beatriz Oliveira Araújo Versiani – MASP 1.148.188-4

Rafael Fernando Novaes Ferreira – MASP 1.148.533-1

Warlei Souza Campos – MASP 1.401.724-8

Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara – MASP 1.378.682-7

Gilson Souza Dias – MASP 0.943.199-0

Ozanan de Almeida Dias – MASP 1.216.833-2

Frederico Rodrigues Moreira – MASP 1.324.353-0



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julia Coutinho Brasileiro, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ozanan de Almeida Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Souza Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 16/12/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Fernando Novaes Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Criscolo Parrela Camara, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Beatriz Oliveira Araujo Versiani, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Warlei Souza Campos, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **103977613** e o código CRC **A2A4211C**.

Processo nº 2090.01.0016472/2024-66

Montes Claros, 17 de dezembro de 2024.

Procedência: Despacho nº 135/2024/FEAM/URA NM - CCP

Assunto: Papeleta jurídica- arquivamento

**DESPACHO**

<b>Empreendimento:</b> <b>Osmar Domingos da Mota – Fazenda Bhavnagar e outras</b>	<b>Município: Joaquim Felício/MG</b>
<b>Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo</b>	
<b>De: Izabella Christina Cruz Lunguinho</b>	<b>Unidade Jurídica:</b> <b>CCP– URA-NM</b>
<b>De acordo: Yuri Rafael de Oliveira Trovão</b>	<b>Unidade Jurídica:</b> <b>Coordenador de Controle</b> <b>Processual da URA NM</b>
<b>Para: Chefe Regional– URA Norte de Minas</b>	<b>Unidade Jurídica:</b> <b>Chefe Regional– URA Norte de</b> <b>Minas</b>

Senhora Chefe Regional,

Em 16/12/2024, a equipe técnica responsável pela análise do processo de LAC1 (LOC) nº 2527/2023 emitiu papeleta de despacho da Coordenação de Análise Técnica-CAT nº 438 (doc. SEI 103977613), informando o histórico do referido processo e sugerindo o arquivamento do mesmo, tendo em vista a não apresentação a contento de informações complementares consideradas necessárias para a conclusão de mérito.

O art. 33 do Decreto 47.383/2018 disciplina:

Art. 33. O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I - a requerimento do empreendedor;

II - **quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23** ou a certidão a que se refere o art. 18;

III - quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

IV - quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26. (grifos nossos)

Também o art. 26, §5º da Deliberação Normativa Copam 217/2017 prevê:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental.

§2º – Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.

§3º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no §2º, fica este automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§4º – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.

**§5º – O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §§1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento; sem prejuízo da interposição de recurso ou da formalização de novo processo.**

Ainda sobre o ato de arquivamento, a Instrução de Serviço 06/2019 assim disciplina:

O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto nº 47.383, de 2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutinadas em duas macrossituações:

- A requerimento do empreendedor;

- **Falha nas informações que instruem o processo administrativo.**

Dessa maneira, quando não solicitado pelo empreendedor, o arquivamento é ação que se justifica por falha na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo ocorrer de plano ou, também, após a solicitação das informações complementares. Assim, a obrigatoriedade de apresentação de documentos previstos em lei, previamente à formalização do processo administrativo ou durante o seu transcorrer, justificam o imediato arquivamento do processo administrativo. Ainda, quantos aos documentos e informações de cunho técnico, cuja suficiência de conteúdo é avaliada durante a análise do processo administrativo, há possibilidade de solicitação de informações complementares conforme mencionado no item anterior. **Diferentemente da hipótese de sugestão para o indeferimento, porém, o arquivamento deverá ser sugerido quando as informações complementares não forem entregues ou, se entregues, de forma parcial, não sendo suficientes para a avaliação conclusiva, negativa ou positiva, do processo administrativo em questão.** Dessa forma, findo o prazo para apresentação de informações complementares, tendo em vista a sugestão da equipe técnica responsável pela análise do processo, e em obediência ao disposto no artigo e na instrução acima referidos, deve o processo ser encaminhado ao arquivamento.

*In casu*, a equipe técnica solicitou informações complementares em 27/06/2024, no prazo de 60 dias, com prorrogação por mais 60 dias.

Considerando que o fim do prazo era 25/10/2024, e não foram protocoladas as informações complementares 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

Dessa forma, findo o prazo para apresentação de informações complementares, tendo em vista a sugestão da equipe técnica responsável pela análise do processo, e em obediência ao disposto no artigo e na instrução acima referidos, deve o processo ser encaminhado ao arquivamento.



Documento assinado eletronicamente por **Izabella Christina Cruz Lunguinho, Servidor(a) Público(a)**, em 17/12/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **104006604** e o código CRC **8A0F7193**.

Decisão FEAM/URA NM - CCP nº. 01/2024

Montes Claros, 17 de dezembro de 2024.

### ATO DE ARQUIVAMENTO

A Chefe Regional da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando** o teor do despacho nº 438 da área técnica, no qual a equipe técnica da URA Norte de Minas sugere o arquivamento do processo de LAC1 (LOC) nº 2527/2023, pela não apresentação de informações complementares;

**Considerando** o teor do despacho jurídico nº 135, que apresentou a legislação aplicável ao caso, e acompanhou a sugestão de arquivamento da área técnica;

**Considerando**, desta forma, a regra prevista no art. 33, incisos II, do Decreto 47.383/2018, que prevê o arquivamento do processo de licenciamento ambiental quando este deixar de apresentar a complementação das informações solicitadas ou não apresentá-las a contento;

Determino o arquivamento do Processo Administrativo – PA SLA nº2527/2023, do empreendedor/empreendimento **Osmar Domingos da Mota – Fazenda Bhavnagar e outras**, CPF **007.935.406-82**, no município de Joaquim Felício-MG.

---

**Mônica Veloso de Oliveira**  
Chefe Regional da URA Norte de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Veloso de Oliveira**, **Chefe Regional**, em 19/12/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **104011754** e o código CRC **05669008**.

Ofício FEAM/URA NM - CCP nº. 11/2024

Montes Claros, 17 de dezembro de 2024.

Assunto: **Arquivamento**

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2090.01.0016472/2024-66].

Prezados Senhores;

Servimo-nos do presente para informar que esta Unidade Regional procedeu ao arquivamento do Processo Administrativo **SLA nº 2527/2023**, do empreendedor/empreendimento **Osmar Domingos da Mota – Fazenda Bhavnagar e outras**, CPF **007.935.406-82**, no município de Joaquim Felício-MG, motivado pela não apresentação a contento das informações complementares.

Salientamos que o empreendimento será objeto de fiscalização e o desacordo com o disposto no Decreto 47.383/18 sujeitará o empreendedor à apuração de eventuais infrações ambientais, de acordo com a lei.

Salientamos também que, em caso de constatação de débito de natureza ambiental para o referido empreendimento, os autos do processo nº2527/2023 serão remetidos à Assessoria Jurídica da SEMAD para que os mesmos sejam encaminhados à Advocacia Geral do Estado para inscrição do débito de natureza ambiental em dívida ativa do Estado.

Ressalta-se, ainda, que o arquivamento do presente processo não impossibilita a abertura de novo processo, desde que não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora arquivado.

Atenciosamente,

---

**Mônica Veloso de Oliveira**  
Chefe Regional da URA Norte de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Veloso de Oliveira, Chefe Regional**, em 17/12/2024, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **104012052** e o código CRC **60F744FE**.



